

APOENA MEIRELLES 1949-2004

Uma grande perda frente à lei das mineradoras, em dois momentos do indigenismo

Mauro Leone¹

Betty Mindlin²

Resumo – Nascido em área indígena, com nome Xavante, presidente da FUNAI, responsável pelo contato com dezenas de povos indígenas hostis, foi nomeado pelo governo para controlar a apropriação de diamantes dos Cinta-Larga (Parque Indígena Roosevelt). Foi, de forma suspeita, assassinado num caixa eletrônico em Porto Velho. Em uma semana o assassino estava solto. Neste artigo, os autores prestam-lhe homenagem e lançam a pergunta: a que interessa o assassinato?

Introdução

Os brasileiros tardam a reconhecer os seus, em particular os que dedicaram a sua vida à minoria indígena – como se seus feitos fossem protegidos contra incursões da mídia, pela imensidão da floresta e pela diferença cultural dos povos ali ameaçados – mas ainda maioria no interior de muitos municípios e em crescimento populacional. Mas Apoena Meirelles permanecerá redivivo e intacto, nos cantos e mitos de dezenas de diferentes línguas de índios brasileiros, ali onde os heróis não morrem.

Assassinado em 9/10/2004, em Porto Velho, em circunstâncias ainda pouco claras, seu enterro foi acompanhado por cantos fúnebres de numerosos povos, como os Xavante (Mato Grosso). Os Suruí (Rondônia) reservaram-lhe, ao final deste ano, o seu mais belo ritual, o Mapimaí, o das duas metades unidas no

plântio, que celebra a formação de sua própria etnia, os Paiter - Nós Mesmos.

Apoena, aposentado muito jovem, voltou à FUNAI, que presidira em 85/86, para tentar redefinir, com os Cinta Larga e o governo, uma solução aceitável para as valorizadas jazidas de diamante em suas terras, a serem exploradas agora pelos próprios índios, pretendendo-se menores custos de intermediação e de impactos sócio-ambientais. Trata-se do Parque Indígena do Aripuanã, criado em 1969, um dos maiores do país, na Terra Indígena do rio Roosevelt, antes chamado rio da Dúvida, rebatizado após perderem-se aventurosamente o Marechal Candido Rondon e o ex-presidente Theodore Roosevelt em 1913, numa excursão legendária: o início do século XX.

Meses antes da última missão de Apoena em Rondônia, 29 garimpeiros foram assassinados nas terras indígenas, em circunstâncias pouco claras quanto ao envolvimento dos índios, seguramente fartos dos abusos decorrentes da cobiça por suas imensas riquezas, madeira, recursos hídricos e metais nobres, que envolvem interesses milionários. Estes diamantes, altamente cotados, remontam ao mito do Eldorado amazônico. Em 1963, garimpeiros e seringalistas exterminaram uma aldeia inteira, tragédia conhecida como "o massacre do paralelo 11". Apoena, com sua coragem habitual, afrontou, em 2004, a versão contemporânea deste poderio econômico mal conhecido, escuso e de vastas dimensões, com ramificações internacionais e lobby eficaz no país: os diamantes da Terra Cinta Larga do Roosevelt estariam entre os melhores do mundo, dentre outros minérios, envolvendo somas astronômicas de dinheiro.

Apoena é um símbolo do indigenismo brasileiro. Nasceu entre os Xavante e seu próprio nome é indígena, em homenagem a um cacique. Os Suruí, e dezenas de povos, têm todas as razões para sua manifestação de luto. Foi Apoena que fez, aos vinte anos, em 1969, juntamente com seu pai, Francisco Meirelles, o primeiro contato pacífico com eles, no exato local da homenagem Mapimaí, tornando-se seu grande defensor e amigo. Para os povos de Rondônia e Mato Grosso, como por exemplo os Suruí, os Cinta Larga, os Gavião-Ikolen, os Uruweu-au-au, os Zoró, os Arara e tantos outros, é como se, com o desaparecimento de Apoena, uma nova insegurança surgisse para as terras e recursos que ele se dedicou a demarcar, o seu espaço condigno enquanto povos e cidadãos da diversidade cultural brasileira.

A mesma desolação e sentimento de perda é, também, a dos que contaram com Apoena como aliado na causa indígena e ambiental, tantas vezes deliberando com ele como as terras e florestas poderiam ser preservadas, com que estratégia, como os índios que ele vira egressos do mato, tremendo de emoção no primeiro aperto de mão com a FUNAI, (por exemplo, os Suruí em 1969), poderiam tornarse senhores de seu destino.

Apoena foi, por dois períodos, e em várias regiões, o símbolo e o primeiro exemplo de uma relação de respeito aos índios por parte da sociedade brasileira. Durante a ditadura militar, na fase conhecida como Sertanista, com poucos recursos, na floresta amazônica inexplorada, trabalhando numa FUNAI onde predominava a mentalidade integracionista, Apoena Meirelles continuou a obra de seu pai e do Marechal Rondon, lutou pela demarcação das terras indígenas e pela vida espiritual e material

destes povos. Realizados os contatos com os índios, contra a corrente do destino à extinção – por doença e à bala – Apoena destacou-se como hábil negociador do novo indigenismo, tributário da linhagem do Marechal Rondon, de seu pai, de Noel Nutels, Darcy Ribeiro e dos irmãos Villas Bôas.

Já nos anos 80, Rondônia foi o primeiro estado brasileiro com o maior número de terras indígenas demarcadas e regularizadas. Um dos grandes exemplos são os Urueu-au-au, com quem, em 1983, foram feitos tardiamente os contatos iniciais, mas cujas terras, numa extensão de 1.880.000 hectares de área ambiental e indígena conjuntas, onde nascem os rios de Rondônia tributários do Amazonas, foram demarcadas em 1985. O empenho de Apoena foi crucial: contribuiu para os estudos antropológicos que definiam os limites das terras indígenas, foi um esteio no confronto com autoridades e invasores de terras, com firmeza e audácia raras nesse final de período ditatorial. O Parque do Aripuanã, com mais de três milhões de hectares, reunindo o Sete de Setembro dos Suruí, a Terra Zoró e o conjunto das terras dos Cinta-Larga, são feitos compartilhados com Apoena.

Poderíamos acrescentar outros, para os quais batalhou também, como as terras indígenas do Lourdes, Rio Branco, Guaporé, Mequéns, Karipuna, Pacaas-Novos, Lage, Sagarana, Tubarão-Latundê, em Rondônia, Xavante, Panará (Mato Grosso), Waimiri-Atroari (Amazonas).

Coragem física e moral eram sua marca. Como bem lembram os Suruí, ou Gavião, além dos embates no plano político, com frequência Apoena quis estar presente ao lado dos índios no local, arrostando intrusos pela resistência corpo a corpo, até para

evitar excessos, como quando da invasão de colonos sobre as terras dos Gavião e Arara, em que dezenas de invasores foram mantidos reféns pelos índios, sem nenhuma morte. Piloto, não raras vezes enchia o tanque de seu próprio bolso e ia por sua conta cuidar, ou simplesmente visitar, ou em emergências, como ocorreu ao socorrer 15 Cinta-Larga gravemente feridos em um acidente de estrada, ou quando uma prostituta assassinou um dos seus líderes. Parecia um guerreiro a mais, embora nunca perdesse a capacidade de diálogo.

Apoena cresceu entre os índios e com a questão indígena, e algo em sua personalidade confundia-se com o mundo dos índios, com quem parecia ter uma comunicação imediata e até silenciosa. Tinha a confiança deles.

Apoena tornou-se um ícone do indigenismo brasileiro, porque dominava as duas artes: a do mato e a da diplomacia das repartições. Numa primeira fase mostrou seus pendores ao entrar em relação com os povos isolados, nas arriscadas expedições de sertanistas pela selva, tentando fazer a paz e delimitar territórios tradicionais. Há vários documentários e filmes em que aparece nessa função, em particular os de Jesco von Puttkamer, com quase duas mil horas filmadas, no Instituto Goiano de Pré-História e Arqueologia (Goiás).

No entanto, atrás de seu ar às vezes sisudo, escondia-se um intelectual estruturado e sensível, um grande parceiro de bailes e boêmia. Ex-estudante de Ciências Sociais, ativista nas barricadas dos anos 60, de uma família de intelectuais democratas cariocas, foi casado com uma antropóloga e etnohistoriadora, Denise Meirelles, também com livros publicados sobre os índios de Rondônia.

Muitas vezes manifestou seu desespero de acompanhar a degradação material e cultural indígenas com o contato. Nesse amor profundo pela forma primeva indígena, que compartilhou, caçando e pescando com crianças indígenas, soube valorizar a auto-organização dos índios e apoiar seu movimento.

Foi o caso nas reivindicações e protestos contra grandes projetos como o Programa Polonoroeste, cujo núcleo foi o asfaltamento da rodovia BR 364, Cuiabá - Porto Velho (Mato Grosso - Rondônia) nos anos 80, estendendo-se depois para Rio Branco (Acre), e para o asfaltamento da estrada do Pacífico, a Puerto Ilo, no Peru. As rodovias, ladeadas de desmatamento e de falsos projetos de colonização, mineração, pecuária, soja ou hidrelétricas, afetaram duramente a economia e a forma de ser dos povos indígenas. Nos anos 80, Apoena fez denúncias incisivas sobre a venda ilegal de mogno em terras indígenas, estimadas em um bilhão de dólares em Rondônia e Mato Grosso.

Na última década, Apoena mostrou entusiasmo pelos projetos indígenas em direção à autonomia, como os de educação e saúde, por vezes com a colaboração de ONGs, como o IAMÁ, denunciando a ação corruptora de missionários e enfrentando falsas ONGs indigenistas.

Sua perda é a de uma era, de uma causa, de uma valiosa combinação de estilos no combate pelos direitos dos povos, um homem à altura dos desafios de um tempo, das situações limites, numa região de fronteira, um misto de intelectual e de Robin Hood, pilotando aviões e carregando barcos nas costas, nas cachoeiras, em meio ao Western à brasileira. Costumava andar armado, após o assassinato de vários de seus colegas sertanistas em meio aos

conflitos de terras. Nesta sua última viagem, entregara a arma às autoridades, como colaborador do plano de desarmamento do governo, e foi sem armas que resistiu e correu atrás de seu assassino, pistoleiro sob encomenda ou assaltante, levando os tiros fatais.

Seu relacionamento com os índios fará muita falta no que vem pela frente: o Ministério da Justiça estima que a exploração legalizada destes diamantes dos Cinta-Larga poderia chegar a render US\$ 3,5 bilhões anualmente ao governo brasileiro. O governo tentou regularizar a atividade, ao editar medida provisória que autorizava a Caixa Econômica Federal a leiloar diamantes dos Cinta-Larga.

O dinheiro arrecadado seria destinado aos índios e a associações indígenas (O Globo/OESP, 24/11/04).

No entanto, segundo a imprensa, chegou-se a tentar obrigar os índios a entregar, em 15 dias, todos os diamantes brutos em seu poder, ameaçando os que se recusassem de apreensão pela Polícia Federal. A Caixa descontaria os custos operacionais, tarifas, encargos e os impostos (O Globo, 21/11, O País, p. 14; FSP, 20/11, p. A10).

Na Constituição de 1988, índios e seus aliados conseguiram brechar a mineração em área indígena, subordinando-a ao consentimento dos índios e à aprovação do parlamento. Há agora ameaças fortes a esses direitos. Projetos de lei seriam encaminhados ao Congresso, permitindo a exploração mineral em terras indígenas, por empresas privadas.

Outra proposta é a de abrir licitações e firmar contratos com mineradoras, prevendo repasse de *royalties* para um fundo público.

A questão é o risco de retirar-se-lhes toda e qualquer autonomia, ou seja, a perda de seu direito ao uso exclusivo de seus recursos naturais (FSP, 20/11, p. A10).

Permanece como um desafio às comunidades, aos pesquisadores, a relação do modo de vida tradicional com as novas necessidades de consumo e acesso ao mercado. Há dificuldades, como neste caso dos Cinta-Larga, em, a um mesmo tempo, obter vantagens financeiras decorrentes de seus recursos e dar-lhes um destino decidido por toda a comunidade, compatibilizando-se distribuição equitativa, a capacitação para a auto-gestão financeira, mantendo-se o interesse comum, em direção à preservação ambiental e valorização da cultura e tradições, inclusive em favor das futuras gerações.

Esse drama é singular para os índios: em geral dá-se o inverso, estado de carência e não de riqueza imensa, mas com obstáculos para seu bom uso. A cobiça que recursos desta monta vêm criando, e o jogo de influências que o acompanha exigem forte unidade de uma comunidade pequena, traumatizada por décadas de conflitos, afrontando-se a milhares de garimpeiros e milionários interesses que os impulsionam. Acrescente-se aos diamantes a pressão crescente de monoculturas de exportação, o anúncio de estradas e hidrelétricas de grande porte nas imediações. Fortes pressões econômicas, inesperadas, obrigam índios, seus aliados e a opinião internacional a manter-se em estado de alerta. Os Cinta-Larga são um teste para a relação com os índios frente a outras reservas minerais.

Notas

¹Mauro Leonel é antropólogo, professor convidado da Pós em Ciências Sociais da UNESP/FFC Política da UNESP; de Políticas Públicas e Ambiente (ex-IEA/Procam/USP); é autor, entre outros, de *A morte social dos rios* (Ed. Perspectiva 1998); *Etnodicéia Uruéauau* (Edusp:1995); coordenador de pesquisas do IAMÁ, Instituto de Antropologia e Meio Ambiente.

²Betty Mindlin é autora em co-autoria com narradores indígenas, de *Couro dos espíritos* (São Paulo, Senac/Terceiro Nome, 2001), entre outras obras. Antropóloga, é mestre em Economia pela Cornell University e doutora em Antropologia/PUC/SP; foi fundadora do IAMÁ, Instituto de Antropologia e Meio Ambiente e ex-professora visitante do IEA/USP.

